

## Introdução

O interesse pelo tema “Cooperativismo” surgiu quando estávamos na prática da profissão de assistente social, atuando num projeto social vinculado ao governo do estado do Rio de Janeiro. Pudemos observar nesta experiência, que os maiores problemas sentidos pela comunidade diziam respeito à dificuldade em conseguir trabalho ou emprego e assim gerar alguma renda para garantir sua sobrevivência. A falta de perspectivas e de oportunidades que assolam essas comunidades e tantas outras pelo Brasil afora, somadas ao desemprego crescente, gerou uma inquietação que acabou por dirigir nossa atenção para uma forma de trabalho dita alternativa, que são as cooperativas.

Quando iniciamos nosso projeto de mestrado, o que tínhamos em mente é que as cooperativas poderiam ser uma oportunidade de trabalho e geração de renda para os trabalhadores que não encontravam mais espaço no mercado formal.

Assim que iniciamos a pesquisa bibliográfica, percebemos que a “cooperativa de trabalho”, em especial, vinha aumentando muito desde a década de 1990 no Brasil. Nesse ínterim, focamos nossa análise neste ramo do cooperativismo, por acreditar que as formas de “ocupação” do trabalhador deste início de século precisam ser amplamente discutidas.

Entendemos que o reaparecimento das cooperativas de trabalho em grande escala a partir da década de noventa, como uma das respostas ao desemprego crescente, é uma das expressões da questão social<sup>1</sup> na atualidade.

Diante disso, o objetivo principal de nossa pesquisa é verificar que possibilidades e limites a cooperativa de trabalho apresenta para uma possível emancipação do trabalhador, considerando que mesmo sendo regidas por princípios contrários aos da lógica capitalista, as cooperativas de

---

<sup>1</sup>Ver no Capítulo I, p.21, a definição que utilizamos para especificar a questão social contemporânea.

trabalho vêm aumentando em número no Brasil, sem, no entanto, entrar em conflito com este modo de produção.

Salientamos que nossas reflexões acerca desta questão, são elaboradas a partir de análise da literatura existente sobre o tema culminando com um estudo de caso. Nosso objeto empírico é uma cooperativa de trabalho formada por moveleiros e marceneiros da cidade de Guajará-Mirim, RO, visto que na época da pesquisa de campo estávamos residindo nesta cidade.

A cooperativa enquanto forma de organização de trabalhadores, tem como orientação ético-política, princípios específicos voltados para a cooperação e solidariedade, mas ressurgem numa época de intensas transformações societárias orientadas por ideais neoliberais e pela acumulação flexível da produção capitalista que seguem uma lógica oposta, voltada para o retorno ao individualismo e à competição.

Cooperativas, segundo SALAZAR apud SCHMIDT e PERIUS (2004), “são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer as aspirações econômicas, sociais e culturais. Baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia.”

Lembramos que esse é um conceito mais geral sobre cooperativa, que pode abranger vários ramos como: cooperativas rurais, cooperativas de crédito, de consumo, de produção e outras cada qual com sua especificidade. Nesta pesquisa vamos nos ater às cooperativas de trabalho que por definição são as constituídas por categorias profissionais (professores, eletricitas, taxistas, costureiras, profissionais de informática, e como no caso de nosso objeto, marceneiros), cujo objetivo é proporcionar aos seus cooperados, fontes de ocupação estáveis e apropriadas, através da prestação de serviços ou produção de bens para terceiros.

Os valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia, que orientam esta organização do trabalho, são contrários à

lógica capitalista, que se preocupa prioritariamente com o lucro e a obtenção de mais valia.

No entanto, as cooperativas (em todos seus ramos) não são formas de trabalho recentes. Segundo SANTOS (2002), elas acompanham o capitalismo industrial desde a sua criação, quando grupos de trabalhadores que não estavam satisfeitos com sua condição de subordinação e exploração, organizaram as primeiras cooperativas.

E, mesmo sendo tão antigas quanto o capitalismo industrial, as cooperativas não representaram, nem representam um desafio a este modo de produção, pois são compatíveis com o sistema de mercado e até mesmo com o predomínio de empresas capitalistas. O que acontece na contemporaneidade é a utilização desta forma de trabalho para compor “falsas cooperativas” ou “cooperगतos” que segundo SALAZAR apud LIMA (2004) formam uma linha auxiliar do capital.

Por isso, concordamos com SALAZAR (2004) e questionamos como as cooperativas podem se efetivar dentro de um contexto capitalista, “que tem como base central a apropriação da mais valia, através da exploração do trabalhador.” Uma das respostas é que para legitimar as práticas capitalistas são difundidos, no plano ideológico, valores que os próprios trabalhadores passam a reproduzir no cotidiano de suas vidas.

Muitas vezes tais atividades produtivas passam a ser apropriadas pelo sistema capitalista, fugindo totalmente dos princípios e valores que norteiam as verdadeiras práticas emancipatórias de inserção no trabalho, como cooperação, solidariedade, compromisso com a vida, justiça social. Ao mesmo tempo que se instaura esse conjunto de valores e princípios que fundamentam tais iniciativas, a realidade nos mostra que a lógica da produção capitalista caminha numa direção extremamente contrária, onde embora o discurso seja da justiça social, participação e democracia, na realidade aprofundam-se valores individualistas, competitivos e excludentes. (SALAZAR apud CATTANI, 2004)

Se os valores que definem as motivações mais profundas do agir cooperativo forem o individualismo e a competição, a prática cooperativa com horizonte emancipatório, ficará seriamente comprometida.

Considerando que **cooperação** é um processo de interação social, onde os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os benefícios são distribuídos para todos, e que **competição** é um processo de interação social, onde os objetivos são mutuamente exclusivos, as ações são isoladas ou em oposição umas às outras, e os benefícios são concentrados somente para alguns, é inconcebível a prática cooperativa orientada por valores de competição.

Refletindo sobre a emancipação do trabalhador, SALAZAR apud LIMA (2004) considera que para as cooperativas assumirem a dimensão emancipadora do trabalho, precisam se constituir em veículo que se encaminha em direção à maior democratização do trabalho, da autogestão e da posse coletiva dos meios de produção.

Há que se considerar, que uma efetiva emancipação do trabalhador só é possível noutra forma de sociedade, mas identificamos nas formas associativas de trabalho atuais, potencial para caminhar em busca desta nova sociedade.

Os princípios cooperativistas oriundos dos Pioneros de *Rochdale*<sup>2</sup> são vigentes até hoje no Brasil através da Política Nacional de Cooperativismo, especificada pela Lei 5.674 de 1971. Segundo esse estatuto, “teoricamente” as cooperativas viabilizariam a emancipação porque: a) devem estar sempre abertas a novos membros, b) garantem que estes membros ou cooperados tomem as decisões conjuntamente com igual poder de voto, independente da contribuição, c) são organizações independentes e autônomas em relação ao Estado e outras organizações, d) devem estabelecer um compromisso com a educação dos seus membros, e) garantem a cooperação com outras cooperativas através de organizações locais,

---

<sup>2</sup> Pioneiros de Rochdale foram os 28 tecelões considerados os primeiros cooperados, que em 1844 se reuniram por causa da insatisfação com as condições de trabalho na cidade de *Rochdale-Manchester* na Inglaterra para formar uma cooperativa de consumo.

nacionais e mundiais e f) ainda devem contribuir para o desenvolvimento da comunidade onde a cooperativa se localiza.

Então, considerando que vivemos uma época em que o capitalismo se firma como modo hegemônico de produção, e que as cooperativas de trabalho proliferam (mesmo tendo princípios contrários a essa lógica), temos em questão um processo no mínimo contraditório, quando nos propomos a avaliar as possibilidades e limites para uma possível emancipação do trabalhador, a partir da experiência de uma cooperativa de trabalho.

Para concretizar esse desafio, buscamos orientação em MOTA apud MARX (2003) que considera necessário:

Partir da realidade, das situações concretas, para investigar a gênese histórica dos fenômenos assim como suas diversas expressões e seu desenvolvimento imanente, possibilitando reproduzir no plano do pensamento o movimento que o engendra. E que somente após esse movimento de aproximações sucessivas é possível expor criticamente o movimento do real, identificando as determinações gerais e suas expressões particulares.

Para compreender a complexidade da construção destas representações e as relações com o contexto na qual se produzem, utilizamos a metodologia da pesquisa qualitativa que trabalha com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 1994 p.171)

Nesse sentido, a complexidade da construção das representações, está imersa num movimento dinâmico de relação entre o que os sujeitos pensam e o contexto (base material) da vida social que determina essas representações. Na medida em que as representações "se reproduzem e se modificam a partir das estruturas e das relações coletivas e dos grupos, apresentam elementos tanto da dominação como da resistência, tanto das contradições e conflitos, como do conformismo" (MINAYO, 1994, p.174).

Tendo em vista tal perspectiva, nossa pesquisa baseou-se também na experiência real e concreta de uma cooperativa de trabalho.

A COOMOGuam - Cooperativa dos Moveleiros de Guajará-Mirim, é uma cooperativa de trabalho que reúne um grupo formado por vinte e nove (29) pequenos proprietários de marcenaria. A maioria deste grupo exerce a profissão de marceneiro, ou seja, trabalha beneficiando a madeira, transformando-a e construindo móveis. Cada cooperado da COOMOGuam, antes de decidir associar-se em cooperativa, já tinha sua marcenaria, ou pelo menos as máquinas necessárias para tal fim. Ou seja, quando resolveram formar uma cooperativa, esses trabalhadores já desenvolviam trabalhos de marcenaria cada qual individualmente.

Considerando MINAYO (1994), nos propomos a pesquisar esta realidade tendo em vista tanto os fatores visíveis, quanto às representações sociais que configuram a realidade social destes trabalhadores.

A partir do resgate histórico do contexto onde a cooperativa se localiza, nos empenhamos em desvendar o perfil dos cooperados, os motivos que os levaram a se associarem em cooperativa, as agências que os orientaram, como foi o processo de formação da cooperativa, como ocorre a prática cooperativa, se existe ou não uma efetivação dos princípios cooperativistas e que possibilidades e limites à emancipação destes trabalhadores puderam ser identificadas.

Antes de partir para a análise da experiência empírica fizemos uma ampla revisão da bibliografia existente sobre as questões que permeiam a reemergência das cooperativas no Brasil. Também nos atemos na análise histórica da região onde realizamos a pesquisa, para compreender as circunstâncias que se colocam para os trabalhadores. Só depois nosso foco de atenção dirigiu-se à experiência concreta, onde através de entrevistas, levantamos dados e questões relativas à realidade cotidiana, para então vincularmos os fenômenos presentes na realidade, à teia de relações que os determinam.

Diante disso, o interesse da pesquisa está focado em verificar as possibilidades para a emancipação do trabalhador a partir desta forma de trabalho e também os limites que se colocam para esta emancipação no contexto de produção capitalista em que vivemos.

A abordagem no trabalho de campo foi feita por etapas. Apresentamos a alguns cooperados, que desde o início não mostraram qualquer tipo de resistência em falar sobre as questões da cooperativa e de suas relações de trabalho. Falaram abertamente sobre suas aspirações, sonhos, decepções e sobre questões polêmicas como a que envolve a obtenção de madeira para a construção dos móveis, a ilegalidade das pequenas marcenarias, tanto no que se refere à relação com os empregados (alguns possuem empregados) quanto à questão jurídica que envolve essas marcenarias, pois, nenhuma delas está registrada como pequena empresa pelo alto custo deste processo.

A impressão que tivemos, foi de que a maioria dos entrevistados se sentiu satisfeita em ter a oportunidade de discutir questões que envolveram o processo de organização da cooperativa e falar sobre seu cotidiano de trabalho.

Nossos principais instrumentos técnicos durante a pesquisa de campo foram as entrevistas, pois a observação participante ficou difícil de ser colocada em prática, já que a COOMOGuam não se efetivou enquanto cooperativa. Ou seja, mesmo tendo sido legalizada mediante a elaboração do estatuto, os cooperados não consolidaram a cooperativa na prática, não realizaram nenhum trabalho conjuntamente porque não conseguiram chegar a um consenso de como seria dividido o trabalho em cooperativa.

Durante os nove meses (março a dezembro de 2004) que estivemos em contato com os marceneiros da COOMOGuam, estes só realizaram uma reunião da qual participaram apenas três cooperados dos vinte e nove que aderiram inicialmente à cooperativa.

Esse insucesso da cooperativa não desestimulou nosso trabalho de pesquisa, que tinha como foco analisar o processo que envolveu

trabalhadores de uma mesma categoria em busca de uma nova forma de organização para o trabalho. Nosso objetivo não era o de comprovar se as cooperativas fracassam ou obtêm sucesso, e sim conhecer com mais profundidade essa forma de organização de trabalhadores, assim como os motivos e os valores que os orientaram nesta jornada. Desta forma, mesmo não tendo se efetivado na prática como cooperativa, foi possível a partir da análise do processo em questão atingir o que nos propomos como objetivo de estudo, desvendando as dificuldades e limites que os trabalhadores enfrentam na sua busca por melhores condições de vida e se existem possibilidades de caminhar para sua emancipação.

Para isso procuramos interpretar a realidade como uma totalidade, onde tanto os aspectos objetivos observados quanto as representações sociais, integram e configuram um modo de vida condicionado pelo modo de produção específico. Para fazer essa análise dividimos nosso trabalho em quatro capítulos que descrevemos a seguir.

No primeiro capítulo, buscamos situar a experiência “crescente” das cooperativas de trabalho no contexto econômico, político e social que se inserem. As transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir dos últimos trinta anos, com o advento das idéias neoliberais orientando as políticas econômicas e sociais primeiro nos países centrais e depois nos países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, são vistas como determinações gerais que influenciaram diretamente no crescimento do número de cooperativas e de outras alternativas ao desemprego.

Utilizamos as reflexões elaboradas por HARVEY (2002), ANTUNES (2002), MOTA (1997), MACHADO (2003), BEHRING (2002), DRAIBE (1993), BOITO JR. (2000) e outros autores que discutem estas mudanças e também a questão política e econômica que as orientam, para compreender em que circunstâncias acontece o ressurgimento das cooperativas de trabalho.

No segundo capítulo fizemos uma reflexão mais específica sobre as cooperativas, a origem e formação do pensamento cooperativista. Descrevemos brevemente a evolução do cooperativismo, o aparato judicial

que o ampara, as agências, instituições e sujeitos que configuram o cenário das cooperativas no Brasil. Buscamos ainda na literatura atual, o que se discute sobre o tema que, aliás, tem despertado um crescente interesse.

Destacamos o papel da **OCB** – Organização das Cooperativas do Brasil, da **OCER** - Organização das Cooperativas do Estado de Rondônia, da **FETRABALHO** - Federação das Cooperativas de Trabalho e do **SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa.

Ainda tratamos sobre a interferência e participação dos **Sindicatos** no desenvolvimento das cooperativas, da **ANTEAG** – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Auto Gestão e Participação Acionária, as ações desenvolvidas pela **Cáritas**, e a experiência de trabalho em cooperativa vivenciada pelo **MST** - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Discutimos brevemente a participação das universidades neste processo de reemergência não só das cooperativas, mas do que vem sendo chamado de economia solidária, que se dá através da **Unitrabalho** e das **Incubadoras de Cooperativas**.

Os autores que nos serviram de base neste capítulo, são entre outros: SANTOS (2002), TIRIBA (2001), SINGER (2002), TAVARES (2004), SALAZAR (2004) e PAGOTTO (2005).

No terceiro capítulo, traçamos a história do estado de Rondônia, sua ocupação e formas de organização dos trabalhadores com um breve histórico do cooperativismo neste estado. Rondônia reflete uma parte do Brasil que ainda está em processo de desenvolvimento onde a discussão sobre as mudanças na esfera do trabalho é bastante incipiente. No entanto, a população de Rondônia e de Guajará-Mirim, como os demais trabalhadores brasileiros, sofre com a dificuldade em conseguir trabalho.

Ao tratarmos da história de Rondônia nos delongaremos, pois nessa realidade há uma clara demonstração de como o capitalismo se reproduz, sem poupar esforços dos trabalhadores, em muitos casos através da super exploração dos mesmos. Neste capítulo também traçamos a história e os

aspectos econômicos e sociais da cidade de Guajará-Mirim, onde foi criada a cooperativa de trabalho, objeto de nosso estudo.

Serviram de base para o desenvolvimento deste capítulo, os estudos de FERREIRA (1984), OLIVEIRA (2003), MATIAS (1997) e CHAMMA (1996).

O quarto e último capítulo traz a discussão e análise dos dados levantados na pesquisa de campo. Apresentamos o perfil dos cooperados que participaram da pesquisa, “porque” fizeram a opção pela cooperativa e que vantagens e dificuldades perceberam neste processo. A partir da fala dos cooperados e das reflexões que elaboramos durante o processo da pesquisa, apontamos o que consideramos como limites e possibilidades para a emancipação dos trabalhadores da Cooperativa dos Moveleiros de Guajará-Mirim. Foram utilizados para reflexão os estudos de TAVARES (2004) e TIRIBA (2005).

É necessário esclarecer que devido à abrangência dos fatos que permeiam a questão das cooperativas de trabalho e a contemporaneidade dos acontecimentos, nossas reflexões não esgotam o tema, e sim sugerem pistas para novas pesquisas. São proposições que refletem uma perspectiva de compreensão dos processos que estão intrinsecamente ligados e vão se transformando conforme sucedem os fatos, sugerindo estudos mais aprofundados.

Esperamos que essa pesquisa possa contribuir para o debate sobre a questão das cooperativas de trabalho e das manifestações da questão social, enquanto espaço contraditório da relação entre capital e trabalho, foco principal da atuação dos assistentes sociais. Mais que isso, esperamos que nosso estudo possa contribuir para uma discussão que deve existir entre os próprios trabalhadores, sobre suas condições mesmo que camufladas, de subserviência ao capitalismo.